

Margem
Companhia de
Mineração

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Margem Companhia de Mineração
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Margem Companhia de Mineração ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Margem Companhia de Mineração em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Margem Companhia de Mineração, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Margem Companhia de Mineração

Balço patrimonial em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	114.939	72.855	Fornecedores	13	87.359	45.604
Contas a receber	8	25.291	17.821	Empréstimos e financiamentos	14	125.049	197.547
Estoques	9	75.258	38.217	Salários e encargos sociais		5.764	4.611
Impostos a recuperar	10	18.559	19.585	Impostos a recolher	16	3.588	2.537
Instrumentos derivativos	25	-	10.409	Adiantamentos de clientes		217	715
Outras contas a receber		<u>11.298</u>	<u>2.981</u>	Arrendamento mercantil	15	3.041	3.588
		<u>245.345</u>	<u>161.868</u>	Instrumentos derivativos	25	2.151	-
				Outras contas a pagar	17	<u>17.511</u>	<u>13.281</u>
						<u>244.680</u>	<u>267.883</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	10	42.072	47.298	Empréstimos e financiamentos	14	128.609	147.050
Impostos diferidos	22	-	14.222	Arrendamento mercantil	15	1.175	168
Outras contas a receber		<u>756</u>	<u>1.018</u>	Impostos a recolher	16	161.778	110.949
		<u>42.828</u>	<u>62.538</u>	Outras contas a pagar	17	49	42
				Impostos diferidos	22	177	-
				Provisão para contingências	24	<u>13.857</u>	<u>11.239</u>
Direito de uso dos ativos	12	3.781	3.385			<u>305.645</u>	<u>269.448</u>
Imobilizado	11	1.018.837	1.050.283			<u>550.325</u>	<u>537.331</u>
Intangível		<u>1.045</u>	<u>1.279</u>	Total do Passivo			
		<u>1.023.663</u>	<u>1.054.947</u>				
				Patrimônio líquido	18		
				Capital social integralizado		621.419	648.598
				Ajustes de avaliação patrimonial		119.259	120.604
				Reserva legal		1.974	-
				Reserva de lucros		18.859	-
				Prejuízos acumulados		-	(27.180)
				Total patrimônio líquido		<u>761.511</u>	<u>742.022</u>
Total do ativo		<u><u>1.311.836</u></u>	<u><u>1.279.353</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.311.836</u></u>	<u><u>1.279.353</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita de vendas e serviços	19	432.767	347.821
Custo das vendas e serviços	20	<u>(255.579)</u>	<u>(215.927)</u>
Lucro bruto		<u>177.188</u>	<u>131.894</u>
Despesas administrativas	20	(14.324)	(13.389)
Despesas comerciais	20	(58.092)	(58.354)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	20	-	(1)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	20	<u>(2.326)</u>	<u>(2.434)</u>
Lucro operacional		<u>102.446</u>	<u>57.716</u>
Despesas financeiras	21	(46.921)	(46.701)
Receitas financeiras	21	<u>4.463</u>	<u>1.110</u>
Despesas financeiras, líquidas	21	<u>(42.458)</u>	<u>(45.591)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>59.988</u>	<u>12.125</u>
Imposto de renda e contribuição social	22b	<u>(20.500)</u>	<u>(4.198)</u>
Lucro do exercício		<u>39.488</u>	<u>7.927</u>
Resultado por ação (básico e diluído):		0,06153	0,01222

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro do exercício	<u>39.488</u>	<u>7.927</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>39.488</u>	<u>7.927</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	Nota	<u>648.598</u>	<u>121.885</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(36.388)</u>	<u>734.095</u>
Lucro exercício		-	-	-	-	7.927	7.927
Realização do custo atribuído	22	<u>-</u>	<u>(1.281)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.281</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2020		<u>648.598</u>	<u>120.604</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.180)</u>	<u>742.022</u>
Lucro do exercício		-	-	-	-	39.489	39.489
Redução capital social	18.1	(27.179)	-	-	-	27.179	-
Constituição reserva legal	18.4	-	-	1.974	-	(1.974)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Realização do custo atribuído	22	-	(1.345)	-	-	1.345	-
Transferência para reserva de lucros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.859</u>	<u>(18.859)</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2021		<u><u>621.419</u></u>	<u><u>119.259</u></u>	<u><u>1.974</u></u>	<u><u>18.859</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>761.511</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do impostos de renda e contribuição social		59.988	12.125
Valor residual de imobilizado baixado	11	690	455
Valor residual de intangível baixado		234	-
Provisão para contingências	24	2.618	1.728
Depreciação e exaustão	20	56.934	44.881
Amortização		3.984	3.881
Juros incorridos	14	27.099	14.796
Outras despesas financeiras	21	13.184	14.182
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	14	5.985	49.636
Variação dos contratos de swap / NDF		4.237	6.801
Provisão crédito liquidação duvidosa	8	(151)	1
		<u>174.802</u>	<u>148.486</u>
(Aumento) ou redução nos ativos			
Contas a receber de clientes	8	(7.319)	(1.392)
Estoques	9	(37.041)	16.584
Impostos a recuperar	10	6.252	6.637
Outros ativos		(8.055)	1.433
Aumento ou (redução) nos passivos			
Fornecedores	13	41.755	5.368
Salários e encargos sociais		1.153	428
Impostos a recolher	16	38.505	28.468
Outras contas a pagar		(498)	486
		<u>209.554</u>	<u>206.498</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros pagos	14	(24.825)	(15.400)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.102)	-
		<u>178.627</u>	<u>191.098</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(26.178)	(42.374)
Aquisição de ativo intangível		-	(196)
		<u>(26.178)</u>	<u>(42.570)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	18	(20.000)	-
Recebimento (pagamento) de SWAP/NDF		12.494	(33.868)
Empréstimos e financiamentos tomados	14	128.396	193.218
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	16	(3.662)	(1.339)
Pagamentos de empréstimos	14	(227.593)	(240.826)
		<u>(110.365)</u>	<u>(82.815)</u>
Caixa líquido usado pelas atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>42.084</u>	<u>65.713</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
	7	<u>72.855</u>	<u>7.142</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
	7	<u>114.939</u>	<u>72.855</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e extração de calcário. Sua atuação abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil, através do fornecimento de cimento e calcário para seus clientes e para sua controladora Supremo Cimentos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo, excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes de R\$ 665 (deficit de R\$ 106.014 em 31 de dezembro de 2020). Esta melhoria significativa é resultado da normalização das operações, alongamento dos prazos de vencimento de dívida financeira e das medidas tomadas pela Administração, após o período inicial de investimentos e de *start-up* da fábrica em 2015. De qualquer forma há que se destacar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia.

O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia está sendo reestabelecido à medida que ocorre uma maior de geração de caixa e que a Companhia vai elevando os prazos de pagamento da dívida financeira, o que permitirá uma melhoria da atual condição do seu capital circulante líquido. Em 2021 a Companhia, apresentou uma forte melhoria da situação financeira, devido à forte melhoria de geração de Caixa.

A Companhia concluiu o seu programa de investimentos em 2020, tendo havido uma redução da necessidade de recursos financeiros. As fontes de recursos foram financiamentos de curto/médio prazo com instituições bancárias.

A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contratando linhas de financiamentos de médio/longo prazo que viabilizem o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário de longo prazo é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atrelados diretamente ao Governo Federal.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020 a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos. Considerando a situação atual, a Empresa, não teve impacto nas vendas e fluxos de caixa.

Na sequência da forte melhoria operacional da Companhia, evolução de resultados, e do comportamento favorável de Caixa, a Companhia procedeu em 2021 à distribuição de dividendos antecipados ao seu acionista Supremo Cimentos S.A.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;
- **Nota explicativa 11** – vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 24** – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e
- **Nota explicativa 25** – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Ativos financeiros ao VJR Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs/IFRS. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 a 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

6.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

6.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

6.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

6.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.10 Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

6.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calcário.

As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador, haja vista que as vendas são substancialmente FOB (Free on Board).

b. Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários em conta-corrente	3.668	1.527
Aplicações financeiras	<u>111.271</u>	<u>71.328</u>
	<u>114.939</u>	<u>72.855</u>

As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras brasileiras de primeira linha em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação entre 80% a 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

8 Contas a receber

	2021	2020
Contas a receber de clientes terceiros	26.349	19.674
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23)	836	192
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	<u>(1.894)</u>	<u>(2.045)</u>
	<u>25.291</u>	<u>17.821</u>

A companhia não possui nenhum contrato de financiamento, com garantias vinculadas a duplicatas a receber em 31 de dezembro 2021 (31 de dezembro de 2020 é de R\$ 6.000).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2021	2020
A vencer	25.474	17.640
Vencidos até 90 dias	166	182
Vencidos até 180 dias	5	5
Vencidos acima de 180 dias	1.540	2.039
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	<u>(1.894)</u>	<u>(2.045)</u>
	<u>25.291</u>	<u>17.821</u>

A imparidade para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	(2.045)	(2.044)
Constituições	(392)	(144)
Reversões	<u>543</u>	<u>143</u>
	<u>(1.894)</u>	<u>(2.045)</u>

9 Estoques

	2021	2020
Matéria-prima e outros materiais	68.349	35.683
Produtos acabados	<u>6.909</u>	<u>2.534</u>
	<u>75.258</u>	<u>38.217</u>

A Administração avalia de forma constante os estoques da Companhia quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como resultado destas avaliações, a Administração não identificou a necessidade de constituição de imparidade para perdas nos estoques da Companhia.

10 Impostos a recuperar

	2021	2020
ICMS (a)	8.788	8.482
Imposto de renda retido na fonte	4.857	5.119
IPI	2.190	672
PIS/COFINS	-	2.674
PIS/COFINS sobre aquisição de ativo permanente	44.662	49.917
Outros	134	19
	<u>60.631</u>	<u>66.883</u>
(-) Circulante	<u>18.559</u>	<u>19.585</u>
Não circulante	<u><u>42.072</u></u>	<u><u>47.298</u></u>

- (a) A Companhia é beneficiária do Regime Especial nº 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense. Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Companhia acumulou o ICMS sobre essas aquisições que está compensando com o início da operação que ocorreu em Abril de 2015.

11 Imobilizado

	Terrenos	Jazida Minerais	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo									
Em 1º de janeiro de 2020	35.147	193.402	317.605	570.692	8.406	183	8.091	109.279	1.242.805
Adições	543	-	(2.507)	(10.164)	7.673	-	1.004	45.825	42.374
Baixas	-	-	-	(305)	(1.421)	(41)	(4)	-	(1.771)
Transferência	100	1.410	36.787	104.390	4.507	-	772	(147.966)	-
Em 31 de dezembro de 2020	35.790	194.812	351.885	664.613	19.165	142	9.863	7.138	1.283.408
Adições	-	-	84	1.017	76	-	71	24.930	26.178
Baixas	-	-	(525)	(110)	-	-	(12)	(575)	(1.222)
Transferência	280	2.412	3.563	12.175	-	-	(97)	(18.333)	-
Em 31 de dezembro de 2021	36.070	197.224	355.007	677.695	19.241	142	9.825	13.160	1.308.364
Depreciação e exaustão acumulados									
Em 1º de janeiro de 2020	-	(10.848)	(36.285)	(133.411)	(4.875)	(120)	(4.021)	-	(189.560)
Depreciação e exaustão	-	(2.710)	(9.702)	(39.158)	(1.351)	(28)	(987)	-	(53.936)
Baixa por alienação	-	-	-	155	1.118	40	3	-	1.316
Crédito Pis e Cofins	-	-	1.017	8.001	34	-	3	-	9.055
Em 31 de dezembro de 2020	-	(13.558)	(44.970)	(164.413)	(5.074)	(108)	(5.002)	-	(233.125)
Depreciação e exaustão	-	(4.606)	(11.600)	(44.585)	(1.594)	(28)	(1.110)	-	(63.523)
Baixa por alienação	-	-	502	16	-	-	14	-	532
Crédito Pis e Cofins	-	-	1.069	5.495	10	-	15	-	6.589
Em 31 de dezembro de 2021	-	(18.164)	(54.999)	(203.487)	(6.658)	(136)	(6.083)	-	(289.527)
Valor contábil									
Em 1º de janeiro de 2020	35.147	182.554	281.320	437.281	3.531	63	4.070	109.279	1.053.245
Em 31 de dezembro de 2020	35.790	181.254	306.915	500.200	14.091	34	4.861	7.138	1.050.283
Em 31 de dezembro de 2021	36.070	179.060	300.008	474.208	12.583	6	3.742	13.160	1.018.837

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

12 Direito de uso de ativos

Imobilizado	31/12/2021					
	Edificações	Terrenos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Equipamentos Informatica	Total
Em 1º de janeiro de 2021	676	-	2.522	184	3	3.385
Adições	2.107	88	2.170	446	188	4.999
Baixas	(493)	-	-	(45)	(81)	(619)
Amortização no período (*)	(719)	-	(2.703)	(526)	(36)	(3.984)
Saldo em 31/12/2021	1.571	88	1.989	59	74	3.781

(*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

13 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	28.802	28.047
Fornecedores de ativo fixo nacionais	981	1.550
Fornecedores de ativo fixo mercado externo	48	49
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa 23)	57.528	15.958
	87.359	45.604

Os saldos a pagar são denominados em reais no caso de contas a pagar no mercado nacional e em dólares para as aquisições do mercado externo.

14 Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	250.705	344.039
Custos de captação recurso	(1.895)	(3.188)
Encargos	4.848	3.746
Total	253.658	344.597

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

		Passivo						
		Vencimento	Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Encargos anuais	Final	2021	2020	2021	2020	2021	2020
EKF/ELO	CDI+1,35%	2025	20.050	20.050	50.125	70.169	70.175	90.219
Custo de captação recursos			-	-	(1.895)	(3.188)	(1.895)	(3.188)
Encargos apropriados			<u>2.348</u>	<u>1.265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.348</u>	<u>1.265</u>
			<u>22.398</u>	<u>21.315</u>	<u>48.230</u>	<u>66.981</u>	<u>70.628</u>	<u>88.296</u>
BNDES	TJLP +3,54%	2029	10.862	60.645	80.379	80.069	91.241	140.714
Encargos apropriados			<u>2.165</u>	<u>1.916</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.165</u>	<u>1.916</u>
			<u>13.027</u>	<u>62.561</u>	<u>80.379</u>	<u>80.069</u>	<u>93.406</u>	<u>142.630</u>
Capital de Giro	Libor +1,25%	2022	89.288	113.107	-	-	89.288	113.107
Encargos apropriados			<u>336</u>	<u>564</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>336</u>	<u>564</u>
			<u>89.624</u>	<u>113.671</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89.624</u>	<u>113.671</u>
Total			<u>125.049</u>	<u>197.547</u>	<u>128.609</u>	<u>147.050</u>	<u>253.658</u>	<u>344.597</u>

Em 16 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaaneordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal no valor de R\$ 200.500 (saldo remanescente em 31 de dezembro de 2021 R\$ 70.175 e R\$ 90.219 em 31 de dezembro de 2020). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis, desde julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no valor de R\$ 202.500 (foi totalmente liquidado em 15 de julho de 2021. (R\$ 49.472 em 31 de dezembro de 2020).

Em 13 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000, tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos entretanto concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, permitindo o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil.

Em 2021 a Companhia contratou dois Empréstimo Externo sob a Lei no 4.131 com um banco estrangeiro. Tratam-se de financiamentos com principal de US\$ 7.000 e US\$ 16.000.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) /euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia atualiza o valor do empréstimo de USD para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos". Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo do instrumento derivativo de R\$ 2.151 foi classificado no passivo circulante (R\$ 10.409 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2020).

Neste mesmo período a companhia liquidou dois Empréstimos Externos no montante de US\$ 16.000 e USD\$ 7.000 e um financiamento na modalidade de CCB no montante de R\$ 30.000.

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (*covenants*). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de Dezembro de 2021, todos os indicadores foram atendidos, no entanto, a Administração da Companhia tinha obtido consentimento prévio para o não cumprimento junto das instituições financeiras, mantendo-se os vencimentos inicialmente pactuados.

Com relação ao Custo com Captação de Recursos, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia tem reconhecido contabilmente o valor de R\$ 1.895 (R\$ 3.188 em 2020), como redutora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015, a partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com pronunciamento Técnico Contábil CPC 08.

O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Valores em R\$ 2021	Valores em R\$ 2020
Um ano (2022)	125.049	197.547
Dois anos (2023)	33.084	31.096
Três anos (2024)	23.059	33.084
Quatro anos (2025)	23.059	33.084
Maior ou igual a cinco anos (2025 e seguintes)	49.407	49.786
	253.658	344.597

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2021:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Itaú	30.407	-	-	1.596	(30.000)	(2.003)	-
BNDES	142.623	-	956	17.941	(50.145)	(17.968)	93.407
EKF	88.302	-	-	5.566	(20.050)	(3.190)	70.628
Caixa Geral	83.265	128.396	5.029	1.996	(127.398)	(1.665)	89.623
	344.597	128.396	5.985	27.099	(227.593)	(24.825)	253.658

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2020:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Itaú	30.563	30.000	14.041	659	(44.271)	(585)	30.407
BNDES	88.240	91.242	12.521	3.782	(47.701)	(5.460)	142.597
EKF	107.247	-	-	7.056	(20.050)	(5.951)	88.302
Deutsche Bank	22.903	-	7.933	884	(30.759)	(961)	-
Caixa Geral	94.220	71.976	15.141	2.415	(98.045)	(2.443)	83.264
	<u>343.173</u>	<u>193.218</u>	<u>49.636</u>	<u>14.796</u>	<u>(240.826)</u>	<u>(15.400)</u>	<u>344.597</u>

15 Arrendamento mercantil

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	Percentual
Até um ano	9,57 % a.a
De um ano a três anos	10,31 % a.a
De três anos a cinco anos	11,03 % a.a

31/12/2021

Dívida reconhecida em 31/12/2020	3.756
Pagamentos parcela	(3.662)
Adição	5.637
Baixas	(1.395)
Juros	(120)
	<u>4.216</u>

Saldo 31 de dezembro de 2021

Vencimento das parcelas 31/12/2021	Valores em R\$	Percentual
Um ano (2022)	3.041	72%
Dois anos (2023)	1.175	18%
	<u>4.216</u>	<u>100%</u>

16 Impostos a recolher

	2021	2020
Paraná Competitivo (*)	161.778	110.950
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.731	1.847
Imposto Sobre Serviços (Retenção ISSQN)	48	69
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	306	272
Outros (CFEM, CSRF, INSS, Outras obrigações tributárias)	503	348
	165.366	113.486
Passivo circulante	3.588	2.537
Passivo não circulante	161.778	110.949

(*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015.

17 Outras contas a pagar

	2021	2020
Passivo circulante		
Outras conta a pagar (i)	10.490	5.106
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota explicativa 23c)	7.021	8.175
Total passivo circulante	17.511	13.281
Passivo não circulante		
Provisão para compensação ambiental	49	42
Total passivo não circulante	49	42

(i) O saldo de outras contas a pagar no passivo circulante contém provisões de pagamentos de despesas operacionais (provisão de energia elétrica de R\$ 3.569, provisão de fretes sobre compras e sobre vendas de R\$ 1.206, provisão de aquisição de produtos ou serviços recebidos no mês cujas notas fiscais ainda não tinham sido recebidas de R\$ 1.778, portanto, não foram escrituradas até o encerramento do exercício).

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 10 de setembro de 2021 ocorreu a redução de capital social com absorção de prejuízos acumulados, conforme ata assembleia geral aprovada pelo Conselho de Administração, no montante de R\$ 27.179.

Em 31 de dezembro de 2021 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 621.419 (R\$ 648.598 em 2020) e representado por 621.419 ações ordinárias e preferenciais nominativas, todas emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 por ação as quais são todas de propriedade da Supremo Cimentos S.A.

18.2 Lucro líquido por ação

O lucro líquido básico por ações é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do lucro por ação. Portanto, o lucro por ação básico é igual ao diluído.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	39.488	7.927
Média ponderada das ações em circulação no ano	<u>641.803</u>	<u>648.598</u>
Lucro básico por ações no final do exercício	<u>0,06153</u>	<u>0,01222</u>

18.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs/IFRS. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

18.4 Reserva Legal

Nos termos do artigo 193 da Lei nº6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social.

A Companhia constituiu reserva legal em dezembro/2021, no montante de R\$ 1.974.

18.5 Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição de reserva legal, será deliberada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas de 25%. Qualquer valor excedente mínimo obrigatório somente é provisionado quando for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Em 5 de novembro de 2021 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 20.000, os quais foram pagos em dezembro/2021.

19 Receitas de vendas

	2021	2020
Receita bruta de vendas	581.009	466.086
Coque	13.016	2.780
Cimento	533.406	444.822
Clinquer	34.250	18.293
Receitas diversas	337	191
Impostos incidentes sobre vendas e devoluções	<u>(148.242)</u>	<u>(118.265)</u>
	<u>432.767</u>	<u>347.821</u>

20 Despesas por natureza

	2021	2020
Matéria-prima e materiais	(48.242)	(49.228)
Gastos com pessoal	(28.140)	(26.555)
Depreciação, amortização e exaustão	(58.625)	(49.014)
Serviços profissionais de terceiros	(62.242)	(53.323)
Energia elétrica	(30.926)	(25.581)
Combustíveis e lubrificantes	(66.440)	(43.241)
Embalagens e armazenamento	(2.611)	(13.453)
Manutenção	(12.541)	(10.899)
Outras despesas e receitas operacionais	(20.554)	(18.811)
	<u>(330.321)</u>	<u>(290.105)</u>

Classificadas como:

	2021	2020
Custo produtos vendidos	(255.579)	(215.927)
Despesas administrativas	(14.324)	(13.389)
Despesas comerciais	(58.092)	(58.354)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(1)
Outras despesas operacionais líquidas	(2.326)	(2.434)
	<u>(330.321)</u>	<u>(290.105)</u>

21 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Despesa de juros sobre empréstimos	(27.099)	(14.796)
Despesas de juros pagos a fornecedor	(182)	(142)
Variação cambial líquida	(5.510)	(17.581)
Variação a mercado instrumentos financeiros	(946)	-
Outras despesas financeiras	(13.184)	(14.182)
Despesas financeiras	<u>(46.921)</u>	<u>(46.701)</u>
Receita de aplicação financeira	3.978	605
Descontos obtidos	32	30
Atualização de tributos a compensar	219	167
Outras receitas financeiras	234	308
Receitas financeiras	<u>4.463</u>	<u>1.110</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(42.458)</u>	<u>(45.591)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Ativo		
Outras diferenças diversas	2.839	4.872
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	127.697	130.322
	<u>130.536</u>	<u>135.194</u>
Passivo		
Custo atribuído do ativo imobilizado	(69.277)	(62.129)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	<u>(61.436)</u>	<u>(58.845)</u>
	<u>(130.713)</u>	<u>(120.974)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>(177)</u>	<u>14.220</u>

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. Com base na evolução da Companhia a administração iniciou em 2021 a utilização dos créditos diferidos.

b. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.988	12.125
Alíquota nominal	34%	34%
Encargo fiscal pela alíquota nominal	(20.395)	(4.123)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões permanentes		
Despesas, doações e multas indedutíveis	<u>(105)</u>	<u>(75)</u>
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	(6.102)	-
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	(14.398)	(4.198)
Imposto de renda e contribuição social –(corrente) diferido	<u>(20.500)</u>	<u>(4.198)</u>

23 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Venda de produtos

	2021	2020
Vendas de produtos (receitas líquidas)		
Supremo Cimentos S.A.	41.674	24.196

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser diferentes se realizados junto a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve remuneração ao pessoal-chave da Administração.

b. Compra de produtos

	2021	2020
Compras de produtos (líquidos impostos)		
Grupo SECIL	40.055	29.449
Supremo Cimentos S.A.	41.674	24.196
	<u>81.729</u>	<u>53.645</u>

c. Saldos do fim do exercício

	2021	2020
Contas a receber		
Grupo SECIL	24	21
Supremo Cimentos S.A.	812	171
	<u>836</u>	<u>192</u>
Contas a pagar		
Grupo SECIL	57.528	15.959
Outras a pagar		
Supremo Cimentos S.A.	7.021	8.175
	<u>64.549</u>	<u>24.134</u>

A Companhia realiza compras de matérias primas e produtos acabados das partes relacionadas.

24 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso. O resumo das provisões para contingências está apresentado a seguir:

	2021	2020
Cíveis	12.599	9.670
Tributária	331	331
Trabalhista	927	1.238
	<u>13.857</u>	<u>11.239</u>

- **Contingências cíveis** - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais e processos relacionados a contratos com prestadoras de serviços contratados para construção da nova fábrica em Adrianópolis.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 125 (R\$ 302 em 2020). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

- **Contingências trabalhistas** - estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 5.492 (R\$ 4.700 em 2020). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	2021	2020
Cíveis	125	302
Tributária	5.010	4.950
Trabalhista	4.398	4.398
	<u>9.533</u>	<u>9.650</u>

25 Instrumentos financeiros

25.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2021			2020	
	Nota	Valor justo - instrumentos de hedging	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Saldo contábil/ valor justo
Ativos financeiros:						
<i>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</i>						
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedging						
		-	-	-	-	10.409
		-	-	-	-	10.409
<i>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</i>						
Caixa e equivalentes de caixa						
	7	-	114.939	-	114.939	72.855
Contas a receber de clientes						
	8	-	25.291	-	25.291	17.821
		-	140.230	-	140.230	90.676
Passivos financeiros:						
<i>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</i>						
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedging						
		3.041	-	-	3.041	3.041
Fornecedores						
	13	-	-	87.359	87.359	45.604
Arrendamento mercantil						
	15	-	-	4.216	4.216	3.630
Outras contas a pagar						
	17	-	-	17.511	17.511	13.281
Empréstimos e financiamentos						
	14	-	-	253.658	253.658	344.597
		-	-	344.058	365.785	407.112

25.2 Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

Tipo	Técnica de avaliação
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

25.3 Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez

- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeira

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros.

	Até um ano	Entre um e dois anos	De dois anos em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	45.604	-	-	45.604
Empréstimos e financiamentos	197.547	64.180	82.870	344.597
Outras contas a pagar	13.281	-	-	13.281
	<u>256.432</u>	<u>64.180</u>	<u>82.870</u>	<u>403.482</u>
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	87.359	-	-	87.359
Empréstimos e financiamentos	125.049	56.143	72.466	253.658
Outras contas a pagar	17.511	-	-	17.511
	<u>229.919</u>	<u>56.143</u>	<u>72.466</u>	<u>358.528</u>

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o real (R\$), mas também em dólares americanos (USD).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Em 2021 a Companhia contratou dois Empréstimo Externo sob a Lei no 4.131 com um banco estrangeiro. Tratam-se de financiamentos com principal de US\$ 7.000 e US\$ 16.000.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) /euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia atualiza o valor do empréstimo de USD para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos". Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo do instrumento derivativo, para proteção dos empréstimos denominados em moeda estrangeira, de R\$ 3.031 foi classificado no passivo circulante (R\$ 10.409 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2020).

Neste mesmo período a companhia liquidou dois Empréstimos Externos no montante de US\$ 16.000 e USD\$ 7.000.

A seguir demonstramos a exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referentes aos ativos e passivos denominados em dólar americano:

	2021	
	R\$	US\$
Ativos		
Instrumentos financeiros derivativos	880	157
Passivos		
Fornecedores	(127)	(24)
Instrumentos financeiros derivativos	(48)	(8)
Empréstimos e Financiamentos	(89.288)	(16.000)
Exposição cambial líquida Passiva	(88.583)	(15.875)
	2020	
	R\$	US\$
Ativos		
Instrumentos financeiros derivativos	10.409	2.003
Passivos		
Fornecedores	(127)	(24)
Empréstimos e Financiamentos (BNDES)	(108.544)	(20.897)
Exposição cambial líquida Passiva	(98.262)	(18.918)

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta à taxas de juros variáveis. A administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2021	2020
Valor contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDI)	111.271	71.328
Passivos financeiros		
Empréstimos Longo prazo (CDI)	(125.049)	(147.056)
Empréstimos e financiamentos curto prazo (CDI)	(128.609)	(197.547)
	(142.387)	(273.275)

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 80% a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários).

(iii) *Análise de sensibilidade*

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2021 (saldo contábil tendo por base o CDI de 4,42% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2021:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	253.658	(2.802)	(5.605)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposto principalmente à variação cambial do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essa moeda estrangeira. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	2021		2020	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	-	8.928	-	10.854

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

25.4 Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credores, mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio.

Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

Na gestão de capital passamos a apresentar os saldos de empréstimos (Nota 14) e total dos arrendamentos mercantis (Nota 15), sem o acréscimo de juros:

	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 14)	250.705	344.039
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 15)	4.216	3.894
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	3.031	(10.409)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(114.939)</u>	<u>(72.855)</u>
Dívida líquida	<u>143.013</u>	<u>264.669</u>
Total do patrimônio líquido	<u>761.511</u>	<u>742.022</u>
Total do capital	<u>904.524</u>	<u>1.006.691</u>
Índice de alavancagem financeira - %	16	26

26 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.